



A. Estado, Poderes e Sociedade
B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões
C. Educação e Desenvolvimento
D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes
F. Família, Género e Afectos
G. Teorias, Modelos e Metodologias
Sessões Plenárias

Disciplinar para interdisciplinar, interdisciplinar para disciplinar: contornos de um vaivém indispensável

*João Ferrão**

Será necessário “disciplinar” primeiro, para depois “interdisciplinar”? Será a prévia endogeneização de conhecimentos provenientes de outras disciplinas uma condição de qualidade disciplinar? Neste jogo de articulações entre conhecimentos disciplinares e práticas interdisciplinares existirão sentidos a privilegiar?

Tentarei reagir a estas questões com base em testemunhos que são simultaneamente de natureza disciplinar e pessoal.

A minha formação de base — a geografia — confere-me, desde logo, alguma especificidade no seio deste painel de académicos das ciências sociais. Na realidade, a história do pensamento geográfico revela uma integração híbrida face à compartimentação convencional das áreas científicas, na medida em que expressa influências oriundas tanto das “ciências da terra” como das “ciências sociais e humanas”. Mesmo em casos como o meu, em que há muito se desenvolve a actividade científica no domínio amplo das ciências sociais, esta natureza híbrida não deixa de ter reflexos. As estratégias e as políticas de desenvolvimento regional, para dar um exemplo de um tema que me interessa, não podem prescindir de contributos provenientes das ciências do ambiente ou da área do ordenamento físico do território. Assim sendo, embora os trabalhos desenvolvidos se integrem na grande família das ciências sociais, eles não deixam de reflectir matrizes de referência conceptual e metodológica que se associam privilegiadamente a domínios externos a essa família.

Por outro lado, e por comparação com disciplinas como a história, a economia ou a sociologia, a geografia surge com as características dos pequenos países periféricos: grande abertura a montante (forte incorporação de teorias, métodos e técnicas provenientes de outras disciplinas), dificuldade em consolidar um “mercado interno” coeso (pluralismo fragmentador), incapacidade exportadora (reduzida influência sobre outras disciplinas), evolução estruturalmente dependente (interferência de áreas disciplinares com maior poder de reflexão epistemológica, teórica e estratégica). Em suma, a experiência de relacionamento que a geografia historicamente desenvolveu com outros domínios científicos tem sido marcada por uma comunicabilidade interdisciplinar forte mas assimétrica, por uma postura mais de espectador (ainda que atento...) do que de actor.

Esta abertura — eventualmente excessiva porque insuficientemente controlada — não tem, no entanto, deixado de ser o grande motor de inovação do pensamento geográfico. E nos casos em que foi bem gerida, esta abertura proporcionou contributos relevantes cujos impactos ultrapassaram as fronteiras da disciplina. O exemplo mais elucidativo desta situação é, talvez, o da chamada “Escola (Tradicional) Francesa de Geografia”, em que P. Vidal de la Blache, combinando um número restrito de conceitos provenientes de outras áreas (região homogénea/geologia; modo de vida/antropologia; contingência/história) e adicionando-lhe um quarto ingrediente — o conceito de paisagem —, construiu uma nova perspectiva de análise, uma nova corrente do pensamento geográfico. O conjunto de comentários anteriores pretende sublinhar o facto de os próprios processos de construção da disciplinaridade beneficiarem do recurso a outras disciplinas. Resta focar agora a questão simétrica: em que medida concorre a disciplinaridade para produzir uma interdisciplinaridade mais profícua?

Não se trata de defender aqui a necessidade de promover práticas efectivas de interdisciplinaridade. As vantagens — como, aliás, os limites e mesmo os riscos — dessas práticas estão por demais identificadas em variadíssimos textos. Gostaria, antes, de exemplificar o modo como o que designo por “problemáticas incontornáveis” podem funcionar como catalisadores eficazes da interdisciplinaridade. Por “problemas incontornáveis” entendo conjuntos articulados de questões e problemas que, num dado contexto histórico, possuem uma forte capacidade estruturante, do ponto

de vista analítico, têm um intenso poder mobilizador dado serem generalizadamente reconhecidos como socialmente relevantes e evidenciam um significativo potencial inovador e transformador. É este conjunto de atributos que não só dificulta qualquer tentativa de apropriação exclusivamente disciplinar dessas problemáticas como também promove a aproximação e o diálogo interdisciplinar. Desenvolvimento sustentável, articulação global-local (“glocalização”) e soberania/subsidiariedade/cidadania constituem exemplos de problemáticas dificilmente ignoráveis, no contexto actual, para qualquer das ciências sociais.

A questão do desenvolvimento sustentável, pela sua própria história, constitui um excelente exemplo. Este conceito surge muito associado a duas preocupações: gestão de recursos (finitos) ambientais e solidariedade intergeracional. Na sua forma mais emblemática, procuram-se soluções para os problemas ambientais de hoje sem se comprometer o futuro e os interesses das gerações vindouras nas suas expectativas e necessidades. A visão ampla de desenvolvimento sustentável abarca, pelo menos, quatro finalidades complementares e interactuantes: qualidade ambiental, eficiência económica, equidade social, participação cívica. Na sua aplicação prática, contudo, este conceito mobiliza sobretudo a primeira destas finalidades. Existe, assim, uma disjunção entre o plano teórico, que defende uma visão abrangente e multidisciplinar, e o plano prático, em que prevalecem perspectivas ecocêntricas. Este “desvio” ambientalista não é, contudo, suficientemente forte para retirar ao conceito de desenvolvimento sustentável a capacidade de actuar como “problemática incontornável”. Resta, às diferentes disciplinas, descobrir a melhor maneira de partilhar, de forma sistémica, as potencialidades oferecidas por esta nova preocupação de natureza intrinsecamente pluridisciplinar.

Os exemplos e comentários apresentados conduzem-me a enunciar o caminho que gostaria de propor: uma *prática* profissional claramente interdisciplinar ancorada numa *formação* disciplinar forte mas não autárcica, isto é, capaz de “importar” selectivamente de outras áreas contributos considerados importantes para melhorar a capacidade analítica, o reconhecimento académico e a relevância social da disciplina em causa. Este apelo à interdisciplinaridade distingue, portanto, dois níveis: a formação disciplinar pressupõe processos mais selectivos de interdisciplinaridade (inclusão selectiva); e a prática disciplinar só ganha em recorrer a soluções abertas de interdisciplinaridade (integração activa). Disciplinar para interdisciplinar, interdisciplinar para disciplinar: este é o desafio não só para quem não acredita na existência de trajectórias exclusivamente autocentradas de evolução disciplinar, como também para quem vê na pluralidade interactiva uma via de excelência para a construção do universalismo científico.

*

— Geógrafo, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa